

A Rota da Seda da Saúde e o 14.º Plano Quinquenal da República Popular da China

The Health Silk Road and the People's Republic of China's 14th Five-Year Plan

Anabela Rodrigues Santiago

DCSPT, Universidade de Aveiro
Bolsreira de Investigação Doutoral FCT – CCCM
anabela.santiago@ua.pt
ORCID: 0000-0002-3897-0323

RESUMO

Num contexto de mundo globalizado em transformação e na sequência de uma crise pandémica, a perceção do valor inestimável da saúde humana ganha mais relevância.

Enquadrada no projeto global da “Faixa e Rota”, rumo ao desenvolvimento de uma sociedade próspera, com um “futuro de comunidade compartilhada para a humanidade”, a República Popular da China (RPC) tem implementado a “Rota da Seda da Saúde” que marca a ação externa do país em matéria de governança global da saúde.

Através de uma revisão de literatura e análise de conteúdo ao 14.º Plano Quinquenal da RPC, procuramos entender o papel da saúde na geopolítica chinesa, à luz dos princípios que norteiam a sua ação política para os próximos cinco anos.

A Rota da Seda da Saúde constitui-se como ferramenta de operacionalização da estratégia chinesa na geopolítica da saúde global, enquanto agente crucial nas cadeias de fornecimento de produtos de saúde e ator global responsável. Porque ninguém está a salvo, enquanto todos não o estiverem.

PALAVRAS-CHAVE

Rota da Seda da Saúde, 14.º Plano Quinquenal, Governança global da saúde, Geopolítica da saúde.

ABSTRACT

In the context of a transforming globalized world and in the face of a pandemic crisis, our perception of the inestimable value of human health has become even more relevant.

As part of the global “Belt and Road” project, which aims at the development of a prosperous society with a “community of shared future for mankind”, the People's Republic of China (PRC) has been implementing the “Health Silk Road”, which marks the country's external action on global health governance.

Through a literature review and content analysis of the PRC's 14th Five-Year Plan, we seek to understand the role of health in Chinese geopolitics, based on the principles guiding its policy action for the next five years.

The Health Silk Road is a tool to operationalize the Chinese strategy in the geopolitics of global health, as a crucial agent in the supply chains of health products and as a responsible global player. Because no one is safe until everyone is.

KEYWORDS

Health Silk Road, 14th Five-Year Plan, Global health governance, Geopolitics of health.

1. Introdução

Num contexto de mundo globalizado em rápidas transformações – nomeadamente na sua geopolítica global – e na sequência de uma pandemia que afetou fortemente todos os setores da economia e da sociedade em termos mundiais, a perceção generalizada do valor inestimável da saúde humana ganha uma dimensão e relevância acrescidas.

Já em 1946, a Organização Mundial de Saúde (OMS)¹ definia a saúde não apenas como a ausência de doença, mas como uma condição plena de bem-estar físico, psíquico e social. Para que tal aconteça, os governos têm vindo a tomar consciência de que essa condição só é passível de ser atingida mediante a definição e implementação de políticas públicas intersectoriais e multidisciplinares que fomentem a saúde. A perceção de que os determinantes sociais da saúde (DSS) afetam, direta ou indiretamente, os níveis e os ganhos em saúde das populações originaram esta abordagem assente na governança, quer seja ela local, regional ou nacional, e até global. Mas afinal o que se entende por governança global da saúde? E qual o impacto dos DSS nas políticas de saúde?

A governança global da saúde é um conceito que deriva do conceito de governança global, o qual tem sido mais discutido na literatura científica a partir dos anos noventa do século passado. Dependendo da área de pesquisa e análise, existem múltiplas definições destes conceitos, tendo em comum o carácter multidisciplinar e multinível da governança. A definição mais aceite de governança colaborativa é: “um acordo de governação em que uma ou mais entidades públicas envolvem diretamente intervenientes não estatais num processo de decisão coletivo que é formal, consensual e deliberativo e que visa fazer ou implementar políticas públicas ou gerir programas ou bens públicos” (Ansell & Gash, 2008, p. 544; tradução própria).

Com base nesta definição de governança colaborativa, para esta análise, adotamos como base conceptual para a governança global em saúde, a definição dada por Fidler (2010; tradução própria) que se traduz no seguinte: “o uso de instituições, regras e processos formais e informais pelos Estados, organizações intergovernamentais, e atores não estatais para lidar com os desafios para a saúde que exigem uma ação coletiva transfronteiriça para serem abordados de forma

¹ Lista de acrónimos e de abreviaturas: RPC – República Popular da China; PCC – Partido Comunista Chinês; OMS – Organização Mundial de Saúde; DSS – Determinantes Sociais da Saúde; ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

eficaz”. Neste sentido, percebemos que a saúde requer uma ação concertada de atores de diversos setores, pois ela é bastante afetada – direta ou indiretamente – por políticas adotadas noutros setores e condicionada pelos DSS.

De acordo com a OMS, os DSS relacionam-se com as condições nas quais um indivíduo nasce, vive e trabalha. Tal como se pode observar na figura 1, também podem ser considerados fatores sociais, económicos, culturais, étnicos, psicológicos e comportamentais que influenciam a condição de saúde; esses fatores podem ser as condições habitacionais, a alimentação, a escolaridade, e as condições de trabalho (Buss e Filho, 2007).

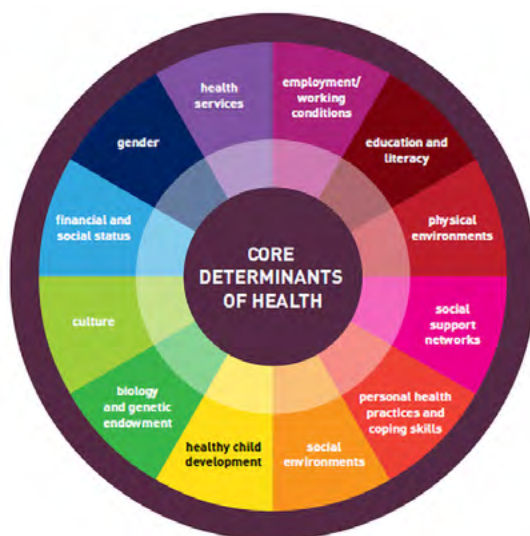


Figura 1 – principais determinantes sociais da saúde (Fonte: Colleague)

Com a crescente consciência por parte dos decisores políticos de que a saúde requer uma abordagem multisetorial e multidisciplinar foram surgindo nas últimas décadas enquadramentos regulamentares e diretivas que vão de encontro a esse tipo de abordagem. Como exemplo disso, temos o programa europeu Horizonte 2020 para a Saúde que assentava essencialmente em dois pilares fundamentais – “Saúde para Todos” e “Saúde em todas as Políticas” – ao qual se segue o novo programa denominado *EU4Health*. Para além de dar continuidade ao anterior, este plano pretende dar resposta às necessidades surgidas no seguimento da pandemia por Covid-19.

Também a RPC seguiu planos semelhantes defendendo uma abordagem baseada na premissa de “Saúde em Todas as Políticas” e “Saúde para Todos” como se pode observar pelo cartaz de propaganda abaixo (Figura 2).



Figura 2 – “70 years on: Health for All and All for Health” (Fonte: http://en.nhc.gov.cn/n_20132.htm)

No que diz respeito à saúde, tal facto é patente no plano *Healthy China 2030* adotado em 2015, estabelecendo objetivos a médio prazo, até 2030. O plano encontra-se alinhado nos seus objetivos com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, Cluster 3 para a Saúde:

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas é constituída por 17 ODS e foi aprovada em setembro de 2015 por 193 membros, resultando do trabalho conjunto de governos e cidadãos de todo o mundo para criar um novo modelo global para acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar de todos, proteger o ambiente e combater as alterações climáticas. (ODS, 2015)

No que diz respeito ao objetivo 3, relativo à saúde, ele é descrito da seguinte forma: “Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades” (ODS, 2015) e divide-se em vários objetivos específicos conforme tabela abaixo:

Tabela 1 – Objetivos específicos do ODS 3 – Saúde

(fonte: <https://unric.org/pt/objetivo-3-saude-de-qualidade-2/> elaboração própria)

Objetivos específicos do ODS 3 - Saúde	
Meta	Prazo
Reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nados-vivos	Até 2030
Acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países a tentarem reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nados-vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1.000 nados-vivos	Até 2030

Objetivos específicos do ODS 3 - Saúde	
Meta	Prazo
Acabar com as epidemias de Sida, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água e outras doenças transmissíveis	Até 2030
Reduzir num terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar	Até 2030
Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas e o uso nocivo do álcool	Sem data
Reduzir para metade, a nível global, o número de mortos e feridos devido a acidentes rodoviários	Até 2020
Assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planeamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais	Até 2030
Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais para todos de forma segura, eficaz, de qualidade e a preços acessíveis	Sem data
Reduzir substancialmente o número de mortes e doenças devido a químicos perigosos, contaminação e poluição do ar, água e solo	Até 2030
Fortalecer a implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco em todos os países, conforme apropriado	Sem data
Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, que afetam principalmente os países em desenvolvimento, proporcionar o acesso a medicamentos e vacinas essenciais a preços acessíveis, de acordo com a Declaração de Doha	Sem data
Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, formação, e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento	Sem data
Reforçar a capacidade de todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, para o alerta precoce, redução de riscos e gestão de riscos nacionais e globais de saúde	Sem data

De facto, o plano *Healthy China 2030* é um plano determinado pelo governo chinês em 2016 que traça medidas no setor da saúde com metas internas a serem atingidas até 2030.

Os seus objetivos gerais são os seguintes: (i) a melhoria contínua da saúde da população; (ii) manter os fatores de risco principais sob controlo efetivo; (iii) o aumento da capacidade de fornecimento da indústria dos cuidados de saúde; (iv) melhores arranjos institucionais para a promoção da saúde (Zhuang, 2016).

O *Healthy China 2030* constitui-se assim como uma ferramenta para a consolidação das reformas do sistema de saúde chinês no sentido de solucionar problemas internos, alinhando-o em simultâneo com diretivas mundiais, tais como as orientações de 'Saúde para Todos' e 'Saúde em Todas as Políticas', dois dos pilares dos programas das Nações Unidas e da Europa (Horizonte 2030) no campo da saúde.

Por outro lado, inserida no seu contexto macroeconómico, político e geográfico que é a Ásia, a RPC vê-se impelida a desempenhar um papel de destaque na governança global da saúde. Com efeito, de acordo com Fidler (2010), a 'ascensão da Ásia' coincide com o despertar da importância da governança global da saúde como matéria da política internacional.

2. Rota da Seda da Saúde: descrição do projeto, trajetória pré e pós-pandemia Covid-19

A Rota da Seda da Saúde é uma ramificação da iniciativa global chinesa "Faixa e Rota". O conceito surgiu pela primeira vez em 2015 e foi oficialmente adotado em 2017 através do documento oficial intitulado *Beijing Communiqué of The Belt and Road Health Cooperation & Health Silk Road*.

Durante a Reunião de Alto Nível sobre a Faixa e Rota para a Cooperação em Saúde: Rumo a uma Rota da Seda para a Saúde, realizada em Agosto de 2017 em Pequim, o Diretor-geral da OMS, comentou de forma favorável a iniciativa, afirmando que pode tornar-se o estímulo necessário para impulsionar atividades conjuntas rumo à cobertura universal da saúde e que contém os fundamentos necessários, tais como a construção de infraestruturas, o acesso a medicamentos e os recursos humanos, necessários para construir uma plataforma de partilha de experiências e de promoção das melhores práticas de saúde (Chen et al., 2019).

O conceito da Rota da Seda da Saúde encoraja a cooperação regional e a participação alargada de governos, organizações internacionais e regionais, universidades, setor privado, sociedade civil, e público em geral, numa abordagem multissetorial, multinível e num espírito de governança colaborativa (Cheng et al., 2019). A RPC é o país impulsionador que, juntamente com países parceiros, publicou conjuntamente uma série de acordos. Esta é a razão pela qual a iniciativa tornou a necessidade de combater as doenças infecciosas uma prioridade para o desenvolvimento social e económico. Com efeito, inseridos no projeto da Rota da Seda da Saúde, surgiram variados projetos relacionados com o controlo de doenças infecciosas, a saber: o Fórum de Cooperação para a Saúde China- Arábia para o Controlo e Prevenção de Doenças Infecciosas; o Projeto Regional de Controlo das Doenças Transmissíveis na Sub-região do Grande Mekong; o Projeto *Artemisinin Compound Malaria Control* em Comoros, entre outros (Wang et al., 2021).

Espera-se que a implementação do projeto "Faixa e Rota" facilite o progresso na eliminação de doenças infecciosas como a Síndrome da Imunodeficiência Adqui-

rida causada pelo vírus da imunodeficiência humana, tuberculose, malária, e 17 doenças tropicais negligenciadas, que constituem o SDG 3.3.

Além disso, 41 programas estão ativos, incluindo o plano China-ASEAN *Training One Hundred Health Professionals* e o Plano de Cooperação China-África sobre Saúde Pública. As atividades não governamentais de intercâmbio e cooperação em vários domínios são complementares aos projetos governamentais, uma vez que constroem o apoio público à iniciativa “Faixa e Rota” (Chen et al., 2019).

A Rota da Seda para Saúde também suporta uma narrativa difundida pelos media chineses para o exterior no sentido de construir uma imagem de ator responsável perante a crise sanitária global, reforçando em simultâneo a legitimidade do PCC. Com efeito, de acordo com Cao (2020, 19; tradução própria):

Mais do que uma nova estratégia geopolítica no âmbito do BRI, a Rota da Seda da Saúde é uma iniciativa diplomática emergente para promover a cooperação sanitária num mundo cada vez mais ameaçado pela proliferação de emergências de saúde pública.

Para ser entendida enquanto iniciativa diplomática, conta com uma retórica articulada nos discursos oficiais e nos meios de comunicação social onde as principais mensagens veiculadas são: (i) a RPC está empenhada no desenvolvimento de uma “comunidade global de destino comum”; (ii) para que tal esforço prevaleça, a população mundial deve estar preparada para prevenir e controlar doenças infecciosas como a COVID-19, a razão pela qual a RPC está a trabalhar para fornecer ao mundo uma vacina acessível como “bem público global” (Rudolf 2021), como uma das múltiplas formas de alcançar o que o presidente Xi Jinping chama uma “comunidade de futuro compartilhado para a humanidade”.

Na próxima secção veremos como é que a saúde é trabalhada ao nível do 14.º Plano Quinquenal, o qual se constitui como um instrumento de apoio central na definição da estratégia de governança política chinesa.

3. 14.º Plano Quinquenal: o que prevê para a saúde?

O 14.º Plano Quinquenal da RPC é o documento que traça os objetivos estratégicos a nível nacional para o período que vai de 2021 até 2025. O primeiro Plano Quinquenal surgiu formalmente em 1953 e desde então estes planos têm sido muito importantes na definição das linhas orientadoras das políticas nacionais. Este Plano Quinquenal em concreto reveste-se de uma relevância acrescida

devido ao contexto interno e externo no qual ele surge. Do ponto de vista interno, a RPC festejou este ano o Centenário do PCC e atingiu um patamar de desenvolvimento económico e social notável. A grande meta subjacente em todo o plano é fazer da RPC e segundo as palavras do presidente Xi Jinping “um país moderadamente próspero em todos os domínios” (Xinhua, 2021). O novo plano coloca bastante ênfase no desenvolvimento tecnológico e na inovação, como alavancas para um crescimento sustentado e sustentável, rumo ao segundo centenário – o da constituição da República Popular da China – que ocorrerá em 2049 e que pretende marcar o apogeu de uma sociedade socialista modernizada e próspera. Do ponto de vista externo, este Plano Quinquenal surge num contexto de pandemia e estagnação económica a nível mundial, o que impõe, desde logo, imensos desafios à sua implementação.

A ideologia de base do 14.º Plano Quinquenal da RPC assenta nas seguintes obrigações de todo o povo chinês: (i) segurar bem alto o grande estandarte do socialismo com características chinesas; (ii) implementar na íntegra o espírito do 19.º Congresso Nacional do PCC e das 2.ª, 3.ª, 4.ª, e 5.ª sessões plenárias do 19.º Comité Central; (iii) aderir ao Marxismo-Leninismo, ao Pensamento de Mao Tse-tung, à Teoria de Deng Xiaoping, e ao modelo das “Três Representações”, assim como à nova era do socialismo de Xi Jinping com características chinesas como orientação; (iv) implementar plenamente as teorias e estratégias básicas do Partido, e (v) coordenar a promoção da construção económica, política, cultural, social, e a construção da civilização ecológica ou também denominada eco-civilização.

Segundo Pan (2016, p. 37, tradução própria), uma civilização ecológica é aquela na qual se verifica “o avanço da harmonia entre humanos e natureza, produtividade altamente avançada, desenvolvimento humano global, e prosperidade social sustentada”. Ainda de acordo com Queirós (2021), a eco-civilização passa por um desenvolvimento sustentável, verde, circular e de baixas emissões de carbono. Encetado com Hu Jintao e posteriormente seguido por Xi Jinping, este conceito passou a integrar em 2012 os estatutos do Partido durante o 18.º Congresso do PCC, constituindo-se como um elemento-chave da filosofia política chinesa que não se centra apenas numa via de desenvolvimento quantitativo, mas também qualitativo (Queirós, 2021; Pan, 2016).

Por sua vez, os princípios a serem seguidos para a concretização desses deveres rumo à sociedade moderna e moderadamente próspera assentam na adesão (i) à liderança global do partido; (ii) à abordagem centrada nas pessoas (*people-to-people approach*); (iii) ao novo conceito de desenvolvimento;

(iv) ao aprofundamento da reforma de abertura; e (v) ao conceito de governança sistémica (KPMG, 2021).

O 14.º Plano Quinquenal constitui-se, portanto, como uma continuação das metas e políticas advindas do plano anterior. Contudo, existe neste novo plano um menor enfoque nas metas de crescimento, sobretudo ao nível do PIB, passando esse enfoque a ser dirigido para os seguintes tópicos: (i) modelo de “circulação dual”; (ii) avanços tecnológicos e no campo da inovação; (iii) proteção ambiental e desenvolvimento sustentável.

O modelo de circulação dual ainda carece de detalhes específicos em termos da sua implementação, mas é uma noção chave do 14.º Plano Quinquenal. O conceito sugere que, no futuro, será dada prioridade à “circulação doméstica” sobre a “circulação internacional” (Grieger, 2020). Ele define-se ainda como “um novo padrão de desenvolvimento em que os mercados domésticos e estrangeiros podem impulsionar-se mutuamente, com o mercado interno como o pilar principal” (Zhu, 2020).

Ainda, e de acordo com o CGTN (2020; tradução própria), um reconhecido jornal chinês, o conceito pode ser definido como segue:

“A estratégia de “dupla circulação” representa um modelo de desenvolvimento económico que eleva o desenvolvimento doméstico a pilar principal, com o desenvolvimento interno e externo a reforçarem-se mutuamente. Indica uma mudança acelerada da estratégia de desenvolvimento da China relativamente àquela que era orientada para a exportação. Sob este padrão, a economia chinesa passa a assentar mais na circulação económica interna, facilitada também pela circulação entre a China e o resto do mundo.”

De acordo com Javed et al. (2021), a estratégia encerra vários objetivos de alto nível, sendo, no entanto, possível destacar quatro deles:

1. Reduzir o peso da procura externa como impulsionadora do crescimento económico alavancando o consumo doméstico;
2. Posicionar a China como uma potência de produção global em produtos de alto-valor acrescentado;
3. Atingir altos níveis de autossuficiência em áreas chave promovendo a inovação;
4. Assegurar acesso a inputs considerados críticos através da diversificação das cadeias de fornecimento e canalizando investimento para determinados setores específicos.

A estratégia de desenvolvimento mais orientada para uma maior autossuficiência em setores estratégicos requer grandes reformas estruturais domésticas e investimento para libertar o poder de compra dos consumidores chineses e grandes esforços de inovação que se esperam ser, na sua maioria, dirigidos pelo Estado. Com efeito, uma vez que os mercados internacionais são menos propensos a impulsionar o crescimento económico da China num futuro próximo, contrariamente ao que aconteceu nas décadas passadas, e a proteção das tecnologias de ponta das economias avançadas tornou-se mais sofisticada, a liderança chinesa está determinada em explorar mais o crescimento e o potencial de inovação do seu próprio mercado. Isto, no entanto, significará um aumento da procura interna, nomeadamente para os serviços, através do aumento dos níveis de rendimento interno (Tang, 2020).

Portanto, o governo chinês quer reorientar a sua estratégia de crescimento conferindo ao consumo interno e à circulação doméstica um novo papel de motor de crescimento sustentável no futuro e permitindo, desse modo e simultaneamente, aumentar o poder de compra da sua classe média, bem como a população que se engloba neste patamar social (dos atuais 400 milhões para 600 milhões ou mais), por altura do centenário da formação da sua República Popular.

Em suma, as principais metas a atingir com o 14.º Plano Quinquenal são as seguintes (Meidan et al., 2021):

1. Manter os principais indicadores económicos dentro dos limites pré-estabelecidos;
2. Crescimento de mais de 7% ao ano no investimento em investigação e desenvolvimento;
3. Manter as taxas de desemprego urbano abaixo dos 6%;
4. Aumentar os residentes urbanos para uma taxa de 65% da população;
5. Aumentar a esperança média de vida dos cidadãos chineses em 1 ano;
6. Promover o desenvolvimento “verde”;
7. Promover um desenvolvimento justo e de alta qualidade da iniciativa “Faixa e Rota”;
8. Entrar numa nova etapa de construção de uma “China pacífica e unificada”.

Relativamente à saúde, o documento oficial do Plano Quinquenal menciona 31 vezes a palavra saúde e 12 vezes termos conexos como “saudável”. Durante o período abrangido por este 14.º Plano Quinquenal, o sistema de cuidados médicos com instituições médicas públicas como base continuará com o seu processo

de melhoria contínua e o número de médicos licenciados aumentará para uma proporção de 3,2 médicos por cada 1.000 habitantes (Navas, 2020). Após o surgimento da pandemia por Covid-19, a RPC tem vindo a expandir os seus sofisticados sistemas de vigilância digital para o setor da saúde, ligando segurança e saúde (Cordeiro e Castro, 2020).

De acordo com uma análise preliminar desenvolvida pela KPMG (2021), o 14.º Plano Quinquenal prevê para a saúde:

- Rápido crescimento do mercado da indústria biofarmacêutica;
- Forte potencial de crescimento para empresas de dispositivos médicos inovadores;
- Desenvolvimento positivo a longo prazo bem como exportação do modelo de tratamento baseado na Medicina Tradicional Chinesa;
- Crescimento exponencial das oportunidades para os cuidados primários digitais;
- Reforço da qualidade e eficiência na rede hospitalar;
- Rápido crescimento dos serviços de reabilitação e fisioterapia.

Devido ao contexto pandémico, a saúde assume um papel preponderante em termos sociais e políticos, tendo sido alvo de reflexão por parte do PCC, reflexão essa espelhada no 14.º Plano Quinquenal.

Considerações finais

Neste artigo, procurámos entender o papel da saúde na geopolítica chinesa através da análise da relação entre dois instrumentos de política interna e externa da RPC: o 14.º Plano Quinquenal e o projeto da Rota da Seda da Saúde, respetivamente. Essa análise foi desenvolvida tendo por base conceptual os conceitos de governança global da saúde e governança colaborativa.

A Rota da Seda da Saúde é um projeto que marca a ação externa da RPC em matéria de governança global da saúde, inserido no âmbito da iniciativa “Faixa e Rota”. Este projeto permite a materialização da sua estratégia e da sua posição geopolítica na saúde global, tendo como objetivo último evidenciar o seu papel de ator indispensável e de responsabilidade global. Esse papel assume especial destaque na sequência do contexto pandémico provocado pela Covid-19.

Para concretizar esse objetivo, a RPC utiliza como ferramentas políticas os seus planos quinquenais, em particular, o 14.º Plano Quinquenal (2021-2025)

aqui analisado, e outros planos como o *Healthy China 2030*, o qual introduz os conceitos de “Saúde em Todas as Políticas” e “Saúde para Todos”, alinhado com as diretivas mundiais, dois dos pilares dos programas das Nações Unidas e da Europa (Horizonte 2030) no campo da saúde.

No que diz respeito ao 14.º Plano Quinquenal, este tem como meta ajudar na definição das políticas que conduzam ao alcance do grande objetivo de Xi Jinping de ‘rejuvenescimento da nação chinesa’ e que passa por fazer da RPC “um país moderadamente próspero em todos os domínios”. Este plano apresenta um enfoque no desenvolvimento pacífico, simultaneamente sustentável e sustentado, assente no desenvolvimento com base na inovação, na tecnologia e na pesquisa científica. Nas várias metas deste plano surgem preocupações com a “Economia Verde” e muito particularmente a construção da “eco-civilização” para a construção de uma “Nova Era”, o desenvolvimento da iniciativa “Faixa e Rota”, onde se insere também a “Rota da Seda da Saúde”.

No âmbito da saúde e pela ação não exclusiva da Rota da Seda da Saúde, o Plano Quinquenal prevê o desenvolvimento da indústria biofarmacêutica, da biomedicina, a exportação do modelo da Medicina Tradicional Chinesa e o desenvolvimento de sistemas de monitorização de doenças infecciosas, bem como a criação de infraestruturas de apoio financeiro ao desenvolvimento de projetos ligados à saúde, assim como a melhoria contínua do sistema de cuidados de saúde primários e a eficiência da rede hospitalar. Não obstante, em resultado da análise de conteúdo elaborada ao 14.º Plano Quinquenal, é de salientar que existe uma mudança de paradigma e um maior foco no desenvolvimento económico, principalmente assente no incremento do consumo interno, visto como um dos motores para o crescimento da classe média chinesa, rumo à construção de uma sociedade moderadamente próspera.

Podemos, portanto, concluir que a saúde assume um papel preponderante em termos sociais e políticos, tendo sido alvo de reflexão por parte do governo e das autoridades chinesas, reflexão essa espelhada no 14.º Plano Quinquenal da RPC. De salientar, no entanto, que embora a saúde seja cada vez mais entendida como um “bem público global” que não conhece fronteiras, a análise de conteúdo deste estudo revela-nos que o 14.º Plano Quinquenal da RPC reflete preocupações económicas a longo-prazo, afetas a um mundo pós-pandemia e que não estão centradas apenas e especificamente na saúde – enquanto condição de bem-estar físico e psíquico – mas sim, na indústria da saúde e no papel da mesma nas cadeias de fornecimento internacionais.

Em última instância, as componentes de saúde presentes no Plano Quinquenal e noutros programas políticos-chave, visam potenciar a posição geopolítica da RPC e a sua influência no mundo por meio da passagem gradual de um modelo de assistência baseado na ajuda humanitária em termos de saúde para um modelo de assistência baseado na governança global da saúde.

Referências bibliográficas

- Ansell, C., & Gash, A. (2008). Collaborative governance in theory and practice. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 18(4), 543–571. <https://doi.org/10.1093/jopart/mum032>
- Buss, P. & Filho, A. (2007). A saúde e seus determinantes sociais. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, 17(1). <https://doi.org/10.1590/S0103-73312007000100006>
- Cao, J. (2020). Toward a Health Silk Road China's Proposal for Global Health Cooperation. *China Quarterly of International Strategic Studies*, 6(1), 19-35. <https://doi.org/10.1142/S2377740020500013>
- CGTN. (2021). What does 'dual circulation' development pattern mean?. <https://news.cgtn.com/news/2020-09-15/CGTN-Explains-What-does-dual-circulation-development-pattern-mean—TO6kTgjjg4/index.html>. Consultado a 30/01/2022
- Cordeiro, A. C & Castro, D. (2020). Desafios e oportunidades: como a projeção de poder chinesa se adapta ao novo normal. *Geosul, Florianópolis*, 35(77), 223-243. <https://doi.org/10.5007/2177-5230.2020v35n77p223>
- Chen, J., Bergquist, R., Zhou, X-N., Xue, J-B., & Qian, M-B. (2019). Combating infectious disease epidemics through China's Belt and Road Initiative. *PLoS Negl Trop Dis* 13(4), e0007107. <https://doi.org/10.1371/journal.pntd.0007107>
- Cheng, Y., & Cheng, F. (2019). China's unique role in the field of global health. *Glob Health Journal*. Dec.3(4), 8-101. doi: 10.1016/j.glohj.2019.11.004.
- Fidler, D. (2010). The Challenges of Global Health Governance. *Council of Foreign Relations for International Institutions and Global Governance program*. <https://www.cfr.org/report/challenges-global-health-governance>
- Grieger, G. (2020). China's economic recovery and dual circulation model. *European Parliamentary Research Service*.
- Javed, S., Bo, Y., Tao, L., & Dong, W. (2021). The 'Dual Circulation' development model of China: Background and insights. *Rajagiri Management Journal*.
- KPMG (2021). The 14th Five-Year Plan: Sector Impact Outlook. Informação disponível em <http://kpmg.com/cn>, consultado em outubro 2021.
- ODS (2015). Banco Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável. Informação disponível em <https://www.ods.pt/>, consultado em outubro 2021.

- Meidan, M., Speed, P., & Qin, Y. (2021). Key issues for China's 14th Five Year Plan. *The Oxford Institute for Energy Studies*.
- Pan, J. (2016). China's Environmental Governing and Ecological Civilization. *Springer*.
- Queirós, A. (2021). No centenário do Partido Comunista da China. O caminho da China para uma Nova Era e o papel da Nova Rota da Seda. *Rotas a Oriente, Revista de Estudos sino-portugueses*, 1, 41-66. <https://doi.org/10.34624/ro.v0i1.26181>
- Rudolf, M. (2021). China's health diplomacy during Covid-19: the Belt and Road Initiative (BRI) in action. *Berlin: Stiftung Wissenschaft und Politik -SWP- Deutsches Institut für Internationale Politik und Sicherheit*. <https://doi.org/10.18449/2021C09>
- Tang, F. (2020). What is China's dual circulation economic strategy and why is it important?. *China Macro Economy. South China Morning Post*. Informação disponível em <https://www.scmp.com/economy/china-economy/article/3110184/what-chinas-dual-circulation-economic-strategy-and-why-it>, consultado em novembro 2021.
- Xinhua (2021). China completa construção da sociedade moderadamente próspera em todos os aspetos. http://portuguese.xinhuanet.com/2021-07/01/c_1310037207.htm, consultado em outubro 2021.
- Zhu, V. (2020). China's Dual Circulation Economy. *China Trends vol.7, Institut Montaigne*.
- Zhuang, N. (2016). Outline of the Healthy China 2030 Plan. *National Health and Family Planning Commission*. <https://www.sahealth.sa.gov.au>
- Wang, Q. et al. (2021). China's foreign aid for global poverty alleviation: artemisinin-based combination therapies against malaria in Togo. *Global Health Journal*, 5(3), 144-148. <https://doi.org/10.1016/j.glohj.2021.07.002>.